

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESPAÇOS DE ESPORTE E LAZER NOS ESTUDOS ACADÊMICOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Recebido em: 15/11/2019

Aprovado em: 02/07/2020

Licença: 

José Pedro Scarpel Pacheco

Gisele Maria Schwartz

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus Rio Claro

Rio Claro – SP – Brasil

RESUMO: Mesmo que haja algumas pesquisas e estudos, nos âmbitos acadêmico e científico, referentes à gestão, uso e apropriação de espaços públicos nos contextos do esporte e do lazer, notam-se, ainda, lacunas pouco exploradas, como a gestão da informação e a difusão adequada do conhecimento sobre a temática, envolvendo as Políticas Públicas. Desta forma, este estudo, de natureza qualitativa, teve como objetivo, realizar uma revisão sistemática de literatura sobre a produção científica recente, apresentando o estado da arte sobre Políticas Públicas e a gestão de espaços públicos nos contextos do esporte e do lazer. Para tanto, a busca foi realizada nas seguintes bases de dados: Scopus, SPORTDiscus, Web of Science, Pro Quest e SciELO, utilizando os termos booleanos a seguir: “*sport and leisure management*” OR “*sport space*” OR “*leisure space*” OR “*sport equipment*” OR “*leisure equipment*” OR “*public Sport policy*” OR “*public leisure policy*”. Os artigos analisados abrangeram diferentes áreas do conhecimento, tal como, as Ciências do Esporte, Geografia, Arquitetura e Urbanismo e Sociologia. Os dados foram analisados por meio da Técnica de Análise de Conteúdo. Com base nos resultados, pode-se perceber que o tema referente às Políticas Públicas nos contextos do esporte e do lazer tem sido focalizado atualmente, nos estudos, entretanto, os espaços públicos neste contexto ainda são tratados de forma secundária. Este campo de estudo carece de novas pesquisas, com a intenção de aprofundar as investigações sobre a temática.

PALAVRAS-CHAVE: Área Urbana. Políticas Públicas. Esportes. Atividades de Lazer.

PUBLIC POLICIES, SPORTS AND LEISURE SPACES IN ACADEMIC STUDIES: A SYSTEMATIC REVIEW

ABSTRACT: Despite some research and studies, in academic and scientific fields, and concerning the management, use and appropriation of public spaces in sports and leisure contexts, there are still some gaps that have been insufficiently explored, such as information management and the appropriate knowledge diffusion on the subject, among Public Policies. Thus, this qualitative study aimed to conduct a systematic review on recent scientific production, presenting the state of the art on Public Policies and public spaces management regarding sport and leisure contexts. A search was performed in the following databases: Scopus, SPORTDiscus, Web of Science, Pro

Quest and SciELO. The keywords and Boolean terms were: "sport and leisure management" OR "sport space" OR "leisure space" OR "Sport equipment" OR "leisure equipment" OR "public sport policy" OR "public leisure policy". The papers analyzed covered different knowledge areas, such as Sport Sciences, Geography, Architecture and Urbanism, and Sociology. The collected data were analyzed using the Content Analysis Technique. Based on the results, it can be noticed that the theme regarding Public Policies in sport and leisure contexts is focused among the studies; however, public spaces are still treated in a secondary way. This study field needs further researches, with the intention of deepening the knowledge on the subject.

KEYWORDS: Urban Area. Public Policy. Sports. Leisure Activities.

Introdução

A gestão do lazer se refere à administração das instituições e ações voltadas às experiências do âmbito do lazer, envolvendo os espaços em que ocorrem as diversas atividades e eventos, atendendo aos interesses culturais, bem como, os aspectos legais, os fatores relativos à segurança, ao marketing e à comunicação. Desta forma, percebe-se a importância do foco na questão dos espaços, no sentido de proporcionar oportunidades de vivências positivamente significativas.

Os espaços de lazer nas cidades podem ser compreendidos como ambientes propícios às vivências de esporte, recreação e entretenimento, no âmbito do lazer, por parte da população, sendo que os mesmos devem apresentar possibilidades de promover o bem-estar e a saúde, como também, acarretar melhorias nos aspectos emocionais, sociais, culturais e físicos (SILVA *et al.*, 2013a). São encontrados na literatura inúmeros estudos referentes a atividades realizadas em distintos espaços, tanto no Brasil (CAMARGO *et al.*, 2017; FREITAS; ELIAS, 2017; PINA; GOULART; SEIXAS, 2017) quanto no exterior (FUAD *et al.*, 2018; JONES, 2018; HOOPER *et al.*, 2018), em diferentes áreas do conhecimento, a exemplo da Geografia (ÖNER; KLAESSON, 2017; PAUL, 2017), da Arquitetura e do Urbanismo (OAKES, 2017; AKHIR *et al.*, 2017), da Sociologia (GLOVER, 2017; YUEN; JOHSON, 2017), da Economia (ZAKARIYA;

HARUN; MANSOR, 2017; FREITAS; ELIAS, 2017), entre outras. Entretanto, são poucos os estudos que tratam de espaços de lazer como um tema específico, mesmo em países como Estados Unidos, Inglaterra, Canadá e França, em que o lazer, tradicionalmente, faz parte dos estudos acadêmicos já há décadas, podendo, desta forma, ser apontado como uma temática emergente e ainda em construção na área do lazer (PINA; GOULART; SEIXAS, 2017).

Ainda segundo Pina; Goulart e Seixas (2017) notam-se pouca atenção aos espaços de lazer nas cidades, em parte, pelo fato de que muitos espaços, construídos com outras finalidades, podem ser usufruídos para as atividades do âmbito do lazer, ao contrário das praças e parques, as quais já são projetadas com esta finalidade. Ainda assim, grande parte desses espaços utilizados para as vivências no contexto do lazer se encontram restritos ao espaço urbano, principalmente nas grandes metrópoles e nem sempre, estes espaços construídos se apresentam apropriados às necessidades e expectativas dos usuários. Mesmo assim, nesses espaços, podem ser oferecidas e vivenciadas diversas atividades, para pessoas de diferentes classes sociais e faixas etárias (MCCORMACK *et al.*, 2010), dependendo da forma como eles são gerenciados.

Outra problemática associada aos estudos sobre espaços de lazer diz respeito às divergências de nomes utilizados na literatura, em que, não raro, os autores confundem equipamentos com espaços. Sendo assim, para este estudo, foi adotada a definição de espaço nos contextos do esporte e do lazer, proposta por Marcellino *et al.* (2007), o qual traz o conceito de espaço como um suporte para os equipamentos, representando, portanto, o espaço físico, onde os equipamentos se apresentam instalados. Diferentemente, o conceito de equipamento, também proposto pelo mesmo autor, se refere aos objetos que organizam o espaço em função das atividades que lá acontecem,

podendo gerar um significado específico para o espaço (ginásio poliesportivo, campo de futebol, etc.), tornando-o útil para um determinado propósito.

Pode-se citar também, trazendo o foco mais para o viés dos espaços no contexto do lazer, o conceito proposto por Pina (2014), o qual caracteriza os espaços em específicos e não específicos. Os espaços específicos, segundo este autor, são os que foram planejados, projetados, construídos e devidamente organizados para tais finalidades, já os não específicos, são os espaços utilizados para atividades variadas no contexto do lazer, porém, sem terem sido planejados, projetados, construídos e devidamente organizados para tal.

Outro fator considerado importante para que ocorram as vivências nos contextos do esporte e do lazer é o tempo que o indivíduo disponibiliza para essas vivências, sendo que o mesmo, em geral, é instituído pelo praticante, baseado em sua vontade e permissão pessoal, sendo necessário algum lugar para que estas vivências possam acontecer (RODRIGUES; BRAMANTE, 2003). Segundo Hulteen *et al.* (2017), Blynton *et al.* (2017) e Marcellino (2006), é fundamental que haja um espaço disponível e adequado para essas vivências e que esse seja correspondente ao tempo disponível para as vivências no âmbito do lazer dos cidadãos. Desta forma, embora o espaço, não raro, possa ser considerado um aspecto de importância secundária, o mesmo pode influenciar nas escolhas das vivências, motivando ou desmotivando o envolvimento das pessoas. A importância do espaço vai além de sua materialidade, preservando valores éticos, estéticos e afetivos significativos (TOMANIK, 2016).

Atualmente, o lazer é compreendido, nas sociedades, como um fenômeno sociocultural, contemplando componentes educativos, comunicativos e sociais, com capacidade de promover, além do desenvolvimento da cidadania, a melhoria da saúde como um todo, podendo, inclusive, propiciar espaço para vivências significativas de

valorização do tempo disponível. (BACHELADENSKR; MATIELLO JUNIOR, 2010; SCHWARTZ *et al.*, 2016). Segundo Gomes (2008), o que difere o lazer de uma simples prática, são os elementos que o identificam, tais como: o tempo, as manifestações culturais, o espaço em que é desenvolvido e as atitudes dos praticantes. Priorizar o lazer como expressão sociocultural deveria ser uma preocupação, não apenas na teoria, mas, essencialmente, nas ações, sobretudo no âmbito público (ALVES, 2007).

A apropriação dos espaços e equipamentos públicos para a prática de esportes e vivências no contexto do lazer, em diferentes ambientes urbanos, pode deflagrar uma conexão entre as pessoas e valorizar o cotidiano e a cultura das cidades (MARCELLINO *et al.*, 2007). Assim, segundo os mesmos autores, é imprescindível entender os interesses da sociedade pelas vivências no contexto do lazer e a necessidade de investimento em Políticas Públicas capazes de disponibilizar espaços apropriados para estes propósitos, os quais devem apresentar um sentido aos praticantes, uma vez que representam uma importante forma de promover a socialização e a construção de relacionamentos.

O conceito de Políticas Públicas, incluindo as de esporte e lazer, é complexo, podendo se referir a infindos aspectos (HOWLETT; MCCONNELL; PERL, 2017), sendo que, seu entendimento pode ser relacionado a ações na sociedade. Entretanto, diversos autores consideram imprescindível conceituar Políticas Públicas como um fenômeno sociocultural, com capacidade de propiciar a estruturação de uma sociedade mais respeitável e democrática (MILANI; CARDOSO, 2014). O conceito de Políticas Públicas, de forma geral, pode se reportar a um grupamento de fatores que norteiam a criação e estruturação de leis, com a intenção de trazer benefícios à sociedade (WEIMER; VINING, 2017).

Para Lopes; Amaral e Caldas (2008), as Políticas Públicas caracterizam-se por um conjunto de planos, ações, programas e metas, voltados a solucionar problemas de interesse público e ao bem-estar da sociedade. Para que a gestão destas Políticas possa se manter, se faz necessário que o estado elabore ações e projetos, por meio de programas de gestão, direcionados a distintos setores e interesses e relacionados aos problemas e necessidades encontrados na sociedade (BRAMHAM *et al.*, 2017; HÖFLING, 2001). As Políticas Públicas apresentam uma grande capacidade para inteirar a população na participação social, apontando as suas carências, para, assim, selecionar as atividades que poderão vir a ser disponibilizadas pelos governantes, por meio dos gestores (SILVA; SANTOS; ÁVILA, 2013), em diferentes âmbitos, a exemplo das áreas da Educação, da Saúde e, especificamente, da Gestão de espaços públicos de esporte e de lazer, sendo que, a união de diferentes áreas poderá acarretar em uma ampliação nos valores, revertendo-os em melhorias para os cidadãos (BONALUME, 2011).

Mesmo que haja algumas pesquisas e estudos, nos âmbitos acadêmico e científico, referentes à gestão, uso e apropriação de espaços públicos nos contextos do esporte e do lazer, já favorecendo, de certa forma, a análise sobre a administração e utilização com qualidade destes espaços, tanto por parte do poder público, como da população em geral, estes estudos parecem ser ainda incipientes. Esta inquietação se pauta no fato de que há poucos estudos enfatizando, por exemplo, aspectos de impactos de utilização ou avaliação sobre a utilização dos mesmos. Além disto, os estudos já desenvolvidos encontram-se dispersos em diferentes áreas, abordando de modo secundário esses espaços públicos voltados às atividades do contexto do lazer.

Percebe-se, portanto, uma lacuna ainda presente sobre essa temática, envolvendo, entre outros aspectos, a gestão da informação e a difusão adequada desse

conhecimento produzido (COSTA; LEITE, 2017; CASSOTTA *et al.*, 2017; DALKIR, 2017; SCHWARTZ *et al.*, 2014). Notou-se, portanto, uma necessidade de se atentar para a gestão da informação científica de forma sistematizada, buscando-se conhecer mais sobre o estado da arte dessa temática, organizando, gerenciando e transmitindo os dados, na perspectiva de contribuir, assim, para a estruturação de bases sólidas sobre toda a variedade de estudos, dados e informações, por meio de novas pesquisas e projetos nesse campo de conhecimento.

As pesquisas nacionais e internacionais que têm como objetivo analisar e compreender a temática referente aos espaços públicos nos contextos do esporte e do lazer já são, de certa forma, desenvolvidas, como se pode notar pelos estudos anteriormente elencados. Entretanto, parece não haver um polo de gestão da informação sistematizado e adequado sobre esses estudos, tampouco, se têm claros os tipos de abordagens utilizados para se compreender como os espaços públicos são focalizados. Desta forma, buscando subsidiar futuros direcionamentos e pesquisas que apresentem relação com as temáticas envolvidas, este estudo teve como objetivo realizar uma revisão sistemática sobre a produção científica recente, apresentando o estado da arte sobre gestão de espaços públicos nos contextos do esporte e do lazer, evidenciando as principais características e perspectivas apontadas nessas publicações.

Método

Este estudo, de natureza qualitativa, é caracterizado por uma revisão sistemática de literatura, com o intuito de identificar o estado da arte dos estudos sobre o tema: gestão de espaços públicos nos contextos do esporte e do lazer. A revisão sistemática da literatura permite analisar pesquisas já publicadas, obtendo resultados de forma mais concreta, decorrentes de um aglomerado de estudos e pesquisas presentes em diversas bases de dados, sendo que, este método de pesquisa permite uma análise ampla,

propiciando, assim, discussões e reflexões mais embasadas sobre os objetivos, métodos e resultados das pesquisas, detectando lacunas e podendo indicar novos direcionamentos (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008). Desta forma, a revisão sistemática propicia a análise e o entendimento de determinado fenômeno, baseado em estudos anteriores (PALMATIER; HOUSTON; HULLAND, 2018; GOUGH; OLIVER; THOMAS, 2017).

A revisão sistemática de literatura pode ser vista como uma ferramenta importante para a gestão e disseminação sistematizada de informações acadêmicas e científicas, pois, apresenta possibilidade de sintetizar e evidenciar as características, tanto favoráveis, quanto às não favoráveis, sobre a temática analisada. Com isto, este tipo de pesquisa favorece embasamento para futuros direcionamentos e pesquisas (PALMATIER; HOUSTON; HULLAND, 2018; MOHER *et al.*, 2015; SAMPAIO; MANCINI, 2007). Como fontes de dados, foram analisados os artigos hospedados em cinco bases de dados, sendo elas: Scopus, SPORTDiscus, Web of Science, Pro Quest e SciELO. A seleção das bases de dados baseou-se na conformidade dos limites dos assuntos pretendidos e, também, nas bases disponíveis *online* e com livre acesso pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Biociências, campus Rio Claro.

Para a pesquisa, foi utilizado o seguinte procedimento de busca nos respectivos títulos dos artigos, utilizando os termos booleanos “*sport and leisure management*” OR “*Sport space*” OR “*leisure space*” OR “*Sport equipment*” OR “*leisure equipment*” OR “*public Sport policy*” OR “*public leisure policy*”. A utilização do operador booleano “OR” se deu pelo fato de que este se mostra uma ferramenta capaz de ampliar o resultado da pesquisa, pois faz a busca por um descritor ou outro, não excluindo nenhum deles (SILVA; MENEZES, 2005).

A busca por meio do título se deu pela razão de que este método se mostrou adequado, pois contemplou um número expressivo de artigos mais específicos sobre a temática. A utilização dos termos em inglês se justificou por se entender que os artigos publicados em periódicos ou revistas internacionais ou nacionais com maior impacto científico possuem, ao menos, o título em inglês, assim, possibilitando alcançar maior abrangência, tanto nacional, quanto internacional. Esta revisão sistemática foi realizada durante o período temporal de julho a outubro de 2017, obedecendo a um conjunto de critérios de inclusão e exclusão descritos no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Critérios de inclusão e exclusão da revisão sistemática

Critérios de Inclusão	a) artigos completos disponíveis nas bases de dados selecionadas da UNESP/Rio Claro
	b) artigo original, incluindo estudos de caso ou ensaios, publicado em revistas ou jornais científicos
	c) possuir título em inglês
	d) obedecer ao conjunto de palavras-chave estabelecido
	e) data de publicação de 2013 a 2017
	f) possuir o corpo do artigo em inglês ou português
	g) ter sido publicado em periódico revisado por pares
	h) artigos inseridos nas áreas temáticas selecionadas nas bases de dados
	i) artigos com direta ligação com a temática
Critérios de Exclusão	a) Artigos repetidos
	b) Artigos sem acesso livre

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

De acordo com as características de cada base de dado, foram selecionados os assuntos de publicação dos artigos, as quais tivessem mais proximidade com as temáticas do estudo, a fim de se obter maior especificidade na busca e na seleção dos artigos. Tais aspectos do conhecimento são designados dentro dessas bases como Áreas Temáticas (SCOPUS, 2018; SCIELO, 2018), Assuntos (SPORTDISCUS, 2018; PRO QUEST, 2018) e Categorias (WEB OF SCIENCE, 2018), sendo que, neste artigo, foi adotada a terminologia “assuntos”, tendo em vista que esta parece ser a mais adequada, e estão descritas no Quadro 2, apresentado a seguir:

Quadro 2: Assuntos selecionados nas Bases de Dados

Base de Dados	Assuntos
Scopus	Business, management & accounting; social sciences; health professions
SPORTDiscus	Social aspects; data analysis; leisure research; public spaces; segregation;

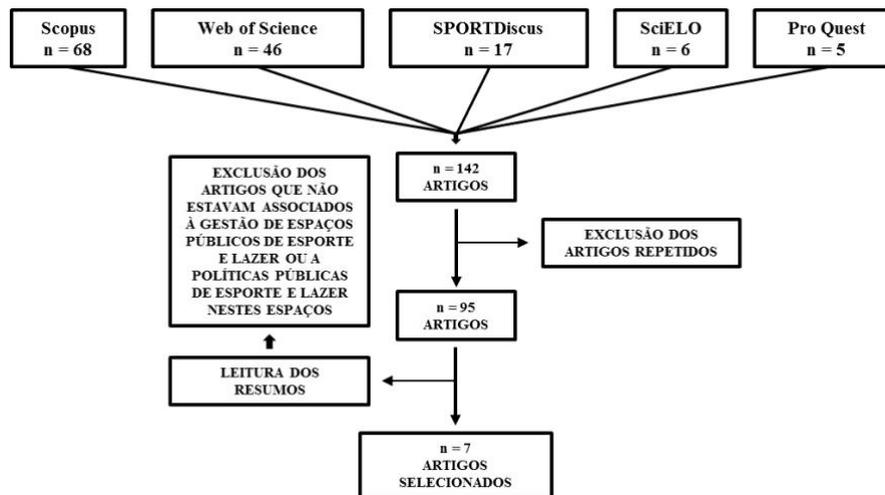
	social media; cities & towns – brazil; economic development; government policy
Web of Science	Social sciences and other topics; sport sciences; sociology; public administration; urban studies
Pro Quest	Leisure; sports; analysis; politics; sport management; economics; policy; studies; cities; leisure activities; physical education; public policy; research; sports management; urban areas; equipment; management; public space
SciELO	Sport sciences; geography

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Por meio desta busca inicial pelos títulos dos estudos, foram encontrados 142 artigos (Scopus = 68, SPORTDiscus = 17, Web of Science = 46, Pro Quest = 5, SciELO = 6). Os títulos dos artigos foram analisados e os repetidos foram excluídos, resultando 95 artigos. A partir desta busca inicial, foram lidos todos os resumos e destes, todos os artigos completos relevantes à temática foram selecionados, sendo excluídos os estudos que não estavam associados à gestão de espaços públicos nos contextos do esporte e do lazer e às Políticas Públicas de esporte e lazer nestes espaços, resultando, desta forma, um total de 7 artigos, os quais se enquadraram nos critérios estabelecidos *a priori*.

A busca nos resumos se deu pelo fato de que, não raro, os títulos deixam de contemplar exatamente o teor do artigo, além disto, entende-se que, se o artigo aborda a temática que permeia os espaços públicos nos contextos do esporte e do lazer e suas ramificações, tais termos, mesmo que não estejam exatamente no título, deve estar conseqüentemente, citados nos resumos dos mesmos. A Figura 1, inserida a seguir, representa e ilustra as estratégias utilizadas na busca:

Figura 1: Identificação dos artigos para análise



Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Resultados e Discussão

Para se compreender, de forma mais abrangente, o material selecionado para este estudo, foram destacados alguns itens, os quais fizeram parte desta análise, sendo eles: os objetivos dos estudos, a natureza das pesquisas, os principais resultados alcançados nestas, as sugestões dos autores para novos estudos e as conclusões dos respectivos artigos analisados. Estes dados foram apresentados resumidamente no Quadro 3, a seguir:

Quadro 3: Artigos analisados

ANO, TÍTULO, AUTOR(ES), PERÍODICO, BASE DE DADOS	IDIOMA DO ARTIGO	OBJETIVO	NATUREZA DA PESQUISA	PRINCIPAIS RESULTADOS	CONCLUSÕES	SUGESTÕES
--	------------------	----------	----------------------	-----------------------	------------	-----------

¹ 2013. Políticas Públicas de Esporte e Lazer: Reflexos sobre sua Aplicabilidade em	Português	- Causar reflexões, contribuindo para a estruturação de uma matriz explicativa acerca da	Qualitativo	- Necessidade de política consistente, priorizando a participação popular. - Gestão mais democrática,	- Necessidade de uma política pública consistente de esporte e lazer. - Maior	- Formação e desenvolvimento de grupos de estudos. - Estimular o fortalecimento e ampliação
--	-----------	--	-------------	--	--	--

<p>Municípios Brasileiros. (Silva, N. V.; Tenório Júnior, J. B.; Silva, W. M.; Silva Leonídio, L. F.); Revista Intercontinental de Gestão Desportiva; SportDiscus</p>	<p>aplicabilidade e de Políticas Públicas de esporte e lazer em municípios brasileiros.</p>	<p>estreitando relação governo/sociedade.</p>	<p>participação popular e uma gestão mais democrática. - Estreitando da relação entre governo e sociedade. - Estimular a construção de grupos de pesquisa.</p>	<p>dos conhecimentos da área.</p>		
<p>² 2013. Public policies and sports in Marginalised communities: the case of Cidade de Deus, Rio de Janeiro, Brazil. (Reis, A. C.; Sousa-Mast, F. R.; Vieira, M. C.); World Leisure Journal; SportDiscus</p>	<p>Inglês</p>	<p>- Discutir como o governo Brasileiro vem oferecendo oportunidades de esporte e atividade física para a sociedade.</p>	<p>Qualitativo</p>	<p>- Instabilidade e descontinuidade dos programas e das políticas. - Falhas no direcionamento das verbas públicas não favorecendo o desenvolvimento social.</p>	<p>- Não basta apenas elaborar ações espalhadas no contexto esportivo - Necessidade de uma abordagem participativa, crítica e emancipadora no que se refere ao contexto esportivo.</p>	<p>-</p>
<p>³ 2013. Understanding Urban Public Space in a Leisure Context. (Johnson, A. J.; Glover, T. D.); Leisure Sciences; Scopus.</p>	<p>Inglês</p>	<p>- Discutir e argumentar que os espaços públicos devem receber maior atenção das pesquisas, no viés das Políticas Públicas de esporte e lazer. - Delinear as propriedades e as formas de acessibilidade</p>	<p>Qualitativo</p>	<p>- Categorizações dos espaços urbanos visam acentuar o a dificuldade de definir os espaços como público - A diferença entre os espaços privados e públicos é puramente reducionista e impossível de praticar nos dias atuais.</p>	<p>- Diferença entre público e privado é simplista. - Impossibilidade de exclusão dos espaços definidos por eles como “espaços públicos não tradicionais”.</p>	<p>- Analisar quem é excluído do “público” dos espaços, pois segundo estes nenhum espaço é acessível para todos os momentos.</p>

		e desses espaços.					
4	2014. Políticas Públicas de Lazer: Jogos, Brinquedos e Brincadeiras de Crianças em Praças, na Cidade de Araras. (Alves, C.; Camara, A. R.; Geraldin, C.; Martins, I. C.); Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte, São Paulo; SportDiscus	Portug uês	- Identificar a oferta por parte do poder público e a prática de jogos, brincadeiras e atividades nos contextos do esporte e lazer, realizadas por crianças como forma de lazer em praças publicas.	Qualitativ o	- Praças são usufruídas como equipamentos de lazer. - Consideradas espaços significativos para a sociedade.	- Necessidade de existir e estimular a crítica. - Destacam que não há soluções prontas, principalmente ao se tratar de questões macro, como é o caso da cultura, tornando assim impensável utilizar modelos prontos.	- Necessidade de urgente elaboração de Políticas Públicas no contexto do lazer no município, que não atendam apenas crianças, mas também à comunidade como um todo.
5	2015. Espaços e Equipamentos de Lazer da Vila Nossa Senhora da Luz e suas Formas de Apropriação. (Gonçalves, F. S.; Rechia, S.); Revista Brasileira de Ciências do Esporte; Scopus.	Portug uês	- Investigar o planejamento das ações públicas e como se caracteriza e ocorre a apropriação das praças públicas por parte da comunidade.	Qualitativ o	- Atividades formuladas pelas lideranças comunitárias locais. - experiências positivas por meio de diversas práticas corporais nessas praças.	- Espaço é responsável pelas experiências vividas, por meio da ludicidade e das experiências vividas nas praças. - Aumento da sociabilidade por intermédio da troca de experiências. - Aperfeiçoamento na forma de apropriação destes espaços e equipamentos.	-
6							

<p>2015. Programa Ruas de Lazer da Prefeitura de São Paulo: Modernização na Gestão Pública do Esporte e Lazer. (Costa, A. Q.; Sampaio, C. M.); Podium: Sport, Leisure and Tourism Review; Web of Science.</p>	<p>Portug uês</p>	<p>- Contribuir para a atualização e melhoria das normas e regulamentações do programa Ruas de Lazer.</p>	<p>Qualitativ o</p>	<p>- 31% das ruas de lazer (331) que constam nos arquivos (1058) funcionam esporadicamente. - 13% funcionam regularmente (138). - 69% das Ruas de Lazer do município de São Paulo não funcionam (727).</p>	<p>- Necessidade de planejamento e pesquisa para uma efetiva elaboração de propostas e Políticas Públicas. - Necessidade de uma gestão diferente do cenário atual, construindo os bens e serviços na esfera social de forma conjunta e participativa.</p>	<p>Necessidade de planejamento e pesquisas como importantes ferramentas para a formulação de Políticas Públicas que visem a intersetorialidade e transversalidade.</p>
<p>⁷ 2017. Field, Light and Food: Adapting of the Town Square as a Leisure Gathering Space at Night. (Zakariya, K.; Harun, N. Z.; Mansor, M.); Planning Malaysia Journal; Scopus.</p>	<p>Inglês</p>	<p>- Examinar os fatores que contribuem para a atratividade e a realização de atividades em uma praça da cidade, em Ipoh, Perak, na Malásia.</p>	<p>Quantitativ o</p>	<p>- Intrínseca conexão entre as oportunidades para as diversas atividades e a disposição de uma infraestrutura adequada. - Destaque para os quarteirões como uma opção de espaço público para pessoas durante o período noturno.</p>	<p>- Acessibilidade e a infraestrutura são fatores cruciais para facilitar a utilização de um espaço urbano pelo público. - Destaque para a utilização dos espaços resultando em um aumento do apego e estreitamento dos relacionamentos que os indivíduos possuem com este. - Declínio dos espaços públicos em termos de vitalidade.</p>	<p>-</p>

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Com relação aos objetivos dos estudos (autores sublinhados), a análise dos mesmos demonstrou que, todos os artigos selecionados para a análise, ou seja, os estudos de Silva *et al.* (2013b), Costa e Sampaio (2015), Reis; Sousa-Mast e Vieira (2013), Alves *et al.* (2014), Johnson e Glover (2013), Gonçalves e Rechia (2015) e Zakariya; Harun e Mansor (2017) confluíram no objetivo em comum de analisar as Políticas Públicas nos contextos do esporte e do lazer, tanto na teoria, em relação à gestão da informação científica acerca dos mesmos, quanto na prática, analisando a inserção destas Políticas nos espaços públicos de esporte e de lazer e as formas de uso e apropriação da comunidade em geral. Desta forma, estes estudos procuraram suscitar reflexões e contribuições para aprimoramentos e melhorias no campo da gestão destas Políticas nos contextos do esporte e do lazer, com vistas a oferecer benefícios para a população.

Nota-se, entretanto, uma preocupação em relação às atividades propostas nos contextos do esporte e do lazer por intermédio das Políticas Públicas e não, especificamente, aos espaços onde estas vivências podem ocorrer, demonstrando assim, que os espaços figuram de forma secundária nesses estudos analisados. Objetivos semelhantes aos artigos analisados por esta revisão sistemática foram encontrados na literatura em geral, a exemplo dos estudos realizados por Brito (2017) e Grasso e Isayama (2017) e Dunn (2016), os quais buscaram analisar Políticas Públicas, incluindo as de esporte e de lazer, com a intenção de auxiliar a criação e aprimoramento de novas Políticas, propondo uma integração e a multidisciplinaridade entre os diversos setores da administração pública, a fim de resolver os problemas práticos nas organizações, buscando superar a distância entre a teoria e a prática.

O estudo apresentado por Bramham *et al.* (2017), também defende que, de forma interdisciplinar, as Políticas Públicas de esporte e de lazer podem ser aprimoradas e

contribuir para a evolução da sociedade, a fim de promover uma melhoria na integração social. Nesse estudo, foi abordado especificamente o contexto europeu, entretanto, os temas analisados e apresentados poderão suscitar novas formas de gestão das Políticas Públicas no mundo todo.

Ao se analisar tais estudos, pode-se notar que a principal preocupação das pesquisas citadas foi sobre conteúdos envolvendo as Políticas Públicas, com foco nas vivências nos contextos do esporte e do lazer. Isto reforça a ideia de que os espaços em que tais vivências podem ocorrer, geralmente, não são a preocupação principal dos estudos, embora, de certa forma, sempre citados nos mesmos.

Diferentemente das pesquisas citadas anteriormente, pode-se mencionar as pesquisas realizadas por Benages-Albert *et al.* (2015) e Santana e Alves (2014), as quais, embora tenham analisado a temática Políticas Públicas nos contextos do esporte e do lazer, identificando programas já oferecidos pelo poder público e propondo melhorias nos mesmos, efetivamente destacaram a importância dos espaços. Nesses estudos foram identificados os processos de apropriação dos espaços por parte da comunidade, verificando a forma de apropriação dos mesmos e os principais equipamentos e atividades utilizados, demonstrando, assim, a importância que os espaços apresentam para a efetivação, com qualidade, das Políticas Públicas de esporte e de lazer. Mesmo assim, nota-se a carência de abordagens especificamente destacando e analisando os espaços.

Em relação à natureza das pesquisas selecionadas, os estudos de Silva *et al.* (2013b), Reis; Sousa-Mast e Vieira (2013), Johnson e Glover (2013), Alves *et al.* (2014), Gonçalves e Rechia (2015), Costa e Sampaio (2015), utilizaram o método qualitativo, já o estudo de Zakariya; Harun e Mansor (2017) utilizou o método quantitativo. Notou-se, portanto, uma supremacia de pesquisas de cunho

qualitativo, podendo citar um fator, que de certa forma, pode ter contribuído para tal escolha, que é o viés social das pesquisas analisadas.

As pesquisas realizadas utilizando o método qualitativo podem ser empregadas, quando as mesmas buscam compreender uma determinada característica ou fenômeno, cuja existência não é de total conhecimento, geralmente é de cunho exploratório, ou seja, possui a intenção de obter dados que possam indicar um possível caminho, para que de certa forma, possa se indicar uma possível alternativa sobre uma questão-problema (GLASER; STRAUSS, 2017; MEZZADRI; MORAES; FIGUERÔA, 2015). Desta forma, a pesquisa de natureza qualitativa pode ser vista como uma estratégia bastante válida de condução das reflexões, quando a temática envolve perspectivas de cunho social, como é o caso das Políticas Públicas nos contextos do esporte e do lazer, podendo ser utilizada para o aprofundamento dos dados pesquisados (ALVESSON; SKÖLDBERG, 2018; GLASER; STRAUSS, 2017; BOTELHO; DE ALMEIDA CUNHA; MACEDO, 2011). Entretanto, as pesquisas de natureza qualitativa possuem certas fragilidades apontadas por autores como Mezzadri; Moraes e Figuerôa (2015), citando como uma das principais fragilidades a interpretação de forma mais pessoal realizada pelo pesquisador, podendo deixar sua veracidade subjetiva.

Já as pesquisas que utilizam o método quantitativo, apresentam como principal característica a utilização de fórmulas numéricas, trazendo, assim, medidas mais precisas acerca de determinados fenômenos. Este tipo de pesquisa pode ser utilizado para aferições e decisões mais assertivas (BERNARD, 2017; CRESWELL; CLARK, 2013). As pesquisas de natureza quantitativa possuem, geralmente, como principal fragilidade, a impossibilidade de interpretar adequadamente o contexto em que o estudo está inserido, ou seja, os fatores mais subjetivos (BERNARD, 2017; CRESWELL; CLARK, 2013; MIGIRO; MAGANGI, 2011; BRANNEN, 2005). Notou-se que não

houve incidência de estudos realizados com base em método de natureza quantitativa, sendo que, uma das razões pode ser o viés social adotado nos estudos, o qual requer maior detalhamento sobre as reflexões e discussões a serem desenvolvidas.

Já as pesquisas realizadas com a utilização do método misto, quantiquantitativo, têm como argumento que a mesma pode compensar e minimizar os pontos fracos de ambos os métodos anteriormente elencados. Desta forma, o método quantiquantitativo tem sido sugerido, por apresentar condições de oferecer maior suporte para analisar o problema de um estudo, do que os métodos quantitativos ou qualitativos utilizados de forma isolada (BERNARD, 2017; CRESWELL; CLARK, 2013; MIGIRO; MAGANGI, 2011; BRANNEN, 2005). Entretanto, no contexto dos estudos analisados, notou-se que este método é ainda pouco explorado para se compreender esses meandros, haja vista que ele foi utilizado apenas em 1 estudo.

Quanto aos principais resultados das pesquisas analisadas, os artigos de Silva *et al.* (2013b), Reis; Sousa-Mast e Vieira (2013) e Costa e Sampaio (2015), que fizeram parte desta revisão sistemática, trazem a necessidade de Políticas Públicas de esporte e de lazer robustas e sólidas, dando prioridade à participação da sociedade e à gestão democrática. Segundo dados presentes nesses artigos, há uma instabilidade e uma descontinuidade de programas e Políticas Públicas de esporte e de lazer. Além disto, quando estas ocorrerem, o direcionamento das mesmas se faz de forma incoerente com a realidade, dificultando e, às vezes, até impedindo a efetividade.

Semelhantemente aos resultados dos artigos de Silva *et al.* (2013b), Reis; Sousa-Mast e Vieira (2013, Costa e Sampaio (2015), pode-se citar o estudo de Grasso e Isayama (2017), o qual não fez parte da revisão, por não atender aos critérios de inclusão, também evidenciando a problemática relacionada à descontinuidade das Políticas Públicas. Grasso e Isayama salientam que esta descontinuidade não é uma

exclusividade dos campos do esporte e do lazer, mas pode ocorrer inclusive nesses campos. Esses autores cogitam a possibilidade de que este fato ocorra, principalmente devido às mudanças de governo e ao fato de que muitas das Políticas Públicas implantadas sirvam como um trampolim para fins eleitorais. De acordo com Souza (2006), os ciclos eleitorais e conseqüentemente, o “jogo político” que o antecede afeta diretamente as políticas públicas, incluindo as do âmbito do esporte e do lazer, gerando dificuldades na continuidade destas, e causando, inclusive, segundo a autora, entraves burocráticos nos órgãos e instituições relacionadas ao esporte.

Ainda sobre esse aspecto da descontinuidade, Pinto *et al.* (2011), ressaltam que esta pode advir das mudanças de governo, da inadequação do oferecimento de programa nos contextos do esporte e do lazer, os quais, não raro, deixam de atender às necessidades do público-alvo. Outro fator diretamente associado à descontinuidade, segundo esses autores, é a precariedade, ou mesmo, ausência de comunicação entre o governo e os gestores dos programas. Nota-se, portanto, que a descontinuidade das Políticas Públicas, seja nos contextos do esporte e do lazer, ou no contexto geral, é uma realidade e um fator primordial, que pode causar uma série de fatores concomitantes, com condições de prejudicar drasticamente a oferta pública de vivências nos contextos do esporte e do lazer e os programas públicos destinados a estas.

Também trazem como resultados o mau funcionamento de programas públicos de atividades de esporte e de lazer, já existentes, baseado em dados empíricos, tais como os do artigo em específico de Costa e Sampaio (2015). Nesse artigo, os autores analisaram o funcionamento do Programa Ruas de Lazer no município de São Paulo e constataram que 69% dessas atividades envolvendo as Ruas de Lazer, as quais constam nos arquivos públicos municipais como ainda ativas, não funcionam na realidade,

demonstrando claramente a situação descrita pelos outros artigos citados anteriormente acerca da ineficácia dessas ações em Políticas Públicas.

Já os artigos de Alves *et al.* (2014), Gonçalves e Rechia (2015) e Zakariya; Harun e Mansor (2017), analisados nesta revisão, demonstraram como resultado, que as praças públicas presentes no ambiente urbano se mostraram como espaços adequados para vivências no contexto do lazer, com condições para que a população pudesse desfrutar de atividades lúdicas, vivências como jogos e brincadeiras e diversas outras. Estes espaços e suas vivências puderam acarretar, desta forma, benefícios sociais e no aspecto da qualidade de vida da população envolvida.

Por meio de revisões sistemáticas, Mensah *et al.* (2016) e Hunter *et al.* (2014) também analisaram a influência dos espaços na qualidade de vida e na integração social de usuários desses espaços. Nesses estudos, a ênfase foi dada aos espaços verdes, incluindo as praças, sendo que os resultados desses estudos demonstraram que a relação de uso e apropriação desses espaços por parte da população, apresenta condições de promover uma melhoria no bem-estar físico, emocional e psicológico, aprimorando as relações sociais e, conseqüentemente, elevando a qualidade de vida em geral.

Especificamente no artigo de Gonçalves e Rechia (2015), analisado nesta revisão, as atividades promovidas nos espaços públicos referidos no estudo, foram estabelecidas pelas lideranças comunitárias locais, por intermédio de cooperação da população e não, especificamente por uma ação dentro de uma Política Pública. Com isto, os autores demonstram uma possível lacuna do poder público, ou mesmo, de implantação de Políticas Públicas eficientes, capazes de fornecer adequadamente a apropriação desses espaços.

Grasso e Isayama (2017), bem como, Santos; Freire e Bastos (2017) corroboram esses resultados apontados pelos estudos anteriormente citados em que a

população local, por meio de suas lideranças comunitárias, estabeleceu uma ação conjunta ao estado, para minimizar esse déficit de oferta de programas ou atividades de caráter público. Percebeu-se, portanto, que a ênfase desses estudos foi na questão dos espaços, deixando as Políticas Públicas em segundo plano. Isto representa um avanço no conhecimento, assim como, uma importante contribuição para se compreender, de fato, a relevância da gestão adequada de espaços públicos, haja vista os benefícios e impactos positivos que estes são capazes de fomentar em determinada região.

Outro aspecto abordado nos resultados dos estudos analisados foi relativo à categorização dos espaços em público e privado. O estudo realizado por Johnson e Glover (2013), incluído na análise para esta revisão, também enfatizou o espaço em primeiro plano e trouxe como resultado que, a categorização de espaços em públicos e privados, utilizada geralmente na literatura é, segundo os mesmos, inadequada na atualidade, pois há diversas formas de espaços compostos, ou seja, privatizados, semi-públicos ou semi-privados, o que vai além das duas categorias frequentemente utilizadas nos estudos. Com base nesse resultado apresentado pelos autores, torna-se inviável simplesmente excluir essas outras categorias de espaços.

Na mesma linha de raciocínio, Freitas e Elias (2017), Camargo *et al.* (2017) e Silva e Costa (2017) apresentam o argumento de que, em âmbito nacional, os limites entre espaços públicos e privados estão cada vez mais tênues, com as novas formas de parcerias e prestação de serviços. Esses autores ressaltam que, na maioria das vezes, esses espaços definidos por Johnson e Glover (2013) como não tradicionais ou híbridos, são excluídos dos *sites* públicos oficiais, dificultando a sua identificação e acesso da população (SMITH; LOW, 2006). Isto traz consequências bastante preocupantes, quanto ao uso e apropriação desses espaços, representando um desafio para novos

estudos, no sentido de colaborar com a identificação e novos modelos conceituais acerca da categorização de espaços.

Portanto, é imprescindível que haja uma discussão aprofundada, sobretudo em âmbito nacional, acerca dessa categorização, tendo em vista que, atualmente, há esta tendência de privatização de espaços públicos, para diminuir os gastos públicos. Novos estudos que abordam a questão das categorias envolvendo espaços públicos representam parte das estratégias para o avanço da área e merecem atenção no contexto acadêmico.

A partir dos resultados apresentados nos estudos analisados, percebe-se que os espaços públicos nos contextos do esporte e do lazer são imprescindíveis para a oferta de programa e atividades e que estas podem impactar positivamente a vida dos usuários. Isto reforça a notoriedade e a importância das ações das Políticas Públicas na utilização eficiente desses espaços. Porém, notou-se também, que, no que concerne aos espaços mais abertos, como praças e parques, quando essas ações políticas não são tão eficientes, existe uma iniciativa dos próprios cidadãos na apropriação desses espaços, a qual fica mais condicionada ao próprio interesse desses cidadãos. Assim, a descontinuidade das Políticas Públicas parece afetar de forma menos contundente os espaços abertos. Mesmo assim, não há como prescindir de uma eficiente participação do Estado na qualidade dos serviços oferecidos aos cidadãos, para que se cumpra, de fato, o direito ao lazer.

No que tange às sugestões e direcionamentos para novos estudos, notou-se uma convergência de quatro das pesquisas analisadas nesta revisão sistemática, sendo elas os estudos de Costa e Sampaio (2015), Alves *et al.* (2014), Silva *et al.* (2013b) e Johnson e Glover (2013). Esses estudos sugeriram a ampliação das pesquisas científicas no campo das Políticas Públicas de esporte e de lazer, subsidiando novos direcionamentos, tanto para os pesquisadores da área, quanto para os gestores públicos.

Entretanto, cada uma dessas pesquisas apontou sugestões específicas. Os estudos de Silva *et al.* (2013b) e Costa e Sampaio (2015), além de apontarem a necessidade de ampliação das pesquisas na área, também ressaltam a importância da intersetorialidade entre as áreas que estudam essas temáticas e, inclusive sugerem maior interlocução entre os setores do poder público, para promover maior impacto social.

Já o estudo de Johnson e Glover (2013) sugeriu uma análise para identificação dos públicos ainda excluídos das ações e dos espaços. Segundo esses autores, nenhum espaço público é acessível a todos em todos os momentos, porém, devem ser desenvolvidas iniciativas, capazes de possibilitar a inclusão da maioria da população nesses espaços.

Para além das sugestões relacionadas diretamente com as questões do uso e apropriação dos espaços, o estudo de Alves *et al.* (2014) sugeriu uma ampliação dos programas e atividades oferecidos por parte do poder público e desenvolvidos nesses espaços, para que estes não se restrinjam a apenas determinada parcela da população. Os autores ressaltam este aspecto, tendo em vista que, perceberam uma predominância na oferta de programas de atividades voltados para o público infantil, nesses espaços analisados.

Ao se analisarem as sugestões apontadas nesses quatro estudos anteriormente citados, percebe-se que uma dessas sugestões, voltada à necessidade de mais pesquisas e embasamento teórico mais eficiente, foi ratificada nos estudos de Trottmann *et al.* (2017) e Farah (2016), no campo das Políticas Públicas em geral. Também pode-se citar a contribuição do estudo de Santos, Freire e Miranda (2017), os quais destacam a necessidade de maior aproximação entre o pesquisador e o gestor esportivo, seja do campo público, ou do privado, no intuito de colaborar na formulação de conhecimentos e na implementação desses na prática.

Já os estudos de Reis; Sousa-Mast e Vieira (2013), Gonçalves e Rechia (2015) e Zakariya; Harun e Mansor (2017) não apresentam claramente as sugestões para futuros estudos. Este fato dificulta a compreensão sobre os direcionamentos que possam advir desses estudos (VEAL, 2018; BERNARD, 2017).

As sugestões dos estudos analisados nesta revisão demonstram, ainda, uma preocupação mais acentuada com o campo das Políticas Públicas nos contextos do esporte e do lazer, voltadas para a formulação e aplicação de atividades e programas, deixando, novamente em segundo plano, o foco nos espaços. Esta constatação reitera a premência em se voltar a atenção para a adequação dos espaços de usufruto nos contextos do esporte e do lazer, tanto por parte dos pesquisadores, quanto dos gestores envolvidos em Políticas Públicas de esporte e de lazer.

Outro desafio a ser transposto é a falta de sistematização e adequação dos estudos aos modelos propostos na metodologia científica, tendo em vista que três dos sete artigos analisados não trouxeram novas propostas. Esta sistematização permite o avanço das reflexões, uma vez que permite avançar o conhecimento na área (ALVESSON; SKÖLDBERG, 2018; BERNARD, 2017).

No que se refere às conclusões apresentadas nas pesquisas analisadas, os estudos de Silva *et al.* (2013b), Reis; Sousa-Mast e Vieira (2013), Alves *et al.* (2014) e Costa e Sampaio (2015), concluíram sobre a necessidade de Políticas Públicas consistentes e sistematizadas, nos contextos do esporte e do lazer. Para tanto, tais políticas devem ser desenvolvidas, não apenas em curto prazo, sendo capazes de estimular a crítica e a indagação e, conseqüentemente, a participação popular.

As conclusões desses quatro estudos, nos quais foi enfatizado o olhar nas Políticas Públicas e sua importância, se assemelham de certa forma, às conclusões presentes no artigo de Santos; Freire e Bastos (2017), desenvolvido mais recentemente.

Nesse estudo, os autores concluíram que, se as Políticas Públicas forem tratadas de forma secundária, tanto pelos pesquisadores, quanto pelo poder público, acabam não garantindo a fixação de ações sistematizadas nos contextos do esporte e do lazer, refletindo, assim, em pouca utilidade social. Portanto, esses autores confluem suas opiniões sobre a importância de Políticas Públicas.

Outros estudos também ratificam essa ideia anteriormente apontada, porém, apresentam argumentos diversificados. O estudo promovido por Bramham *et al.* (2017) conclui que as Políticas Públicas de esporte e lazer podem auxiliar na evolução da sociedade, por meio da promoção da integração social. O estudo de Rodrigues e Rechia (2016) concluiu que, mesmo que os espaços de esporte e de lazer analisados por eles na pesquisa tenham passado por melhorias e aprimoramentos, há uma sensação de que as Políticas Públicas nesses setores, sejam elas direcionadas à gestão das estruturas, ou à gestão dos programas e atividades implantados, não representam prioridades do poder público, sendo tratadas de forma secundária.

Já na análise dos estudos de Gonçalves e Rechia (2015) e Zakariya; Harun e Mansor (2017), as conclusões enunciam que os espaços públicos nos contextos do esporte e do lazer, a exemplo das praças e parques, são imprescindíveis, pois, a apropriação desses espaços propicia um aumento da sociabilidade, estreitando, também, a relação e o apego que os usuários possuem com tais espaços e, conseqüentemente, com a cidade. Os autores ainda citam como conclusão a necessidade de uma boa infraestrutura e acessibilidade nestes espaços, fatores cruciais para facilitar o uso e apropriação dos mesmos.

Essas conclusões confluem com as da pesquisa realizada por Benages-Albert *et al.* (2015), em que foi ressaltado que a utilização de espaços para vivências nos contextos do esporte e do lazer pode resultar em maior apego e estreitamento das

relações afetivas com estes, resultando, em maior responsabilidade por parte dos cidadãos. Este fato pode também trazer um aprimoramento com as formas de uso destes espaços.

Isto representa um dado importante, ao se considerar que é necessário que as Políticas Públicas valorizem a gestão dos espaços públicos nos contextos do esporte e do lazer, estimulando, assim, um comportamento pró-ambiental e, conseqüentemente, aprimorando a educação para e pelo lazer (SCHWARTZ *et al.*, 2016; DATTILO, 2015). Ambos os aspectos contribuem para a noção ampliada de sustentabilidade, a qual vai além dos parâmetros econômicos e evidencia a forte relação entre compromisso pessoal e cidadania (RIBEIRO; FORTUNATO; SCHWARTZ, 2016).

O estudo realizado por Johnson e Glover (2013) concluiu que, atualmente, é impossível se distinguir espaços públicos e espaços privados, já que a abordagem dos autores foi sobre a categorização dos espaços públicos. Segundo estes autores esta é uma divisão simplista, pois, os espaços podem contar com formas heterogêneas de classificação. Esta conclusão se assemelha às conclusões das pesquisas realizadas por Freitas e Elias (2017), Camargo *et al.* (2017) e Smith e Low (2006), os quais destacaram a tendência da privatização de espaços públicos, a fim de diminuir os gastos e trazer melhorias na qualidade da gestão dos mesmos. Entretanto, com a privatização, deve ser considerada a possibilidade do aumento da segregação e da exclusão de determinados grupos sociais destes espaços, alimentando, assim, a discussão sobre até que ponto esse processo de privatização é eficaz, tornando-se um desafio a ser mais bem compreendido, para a implementação de novas e eficientes ações no âmbito da gestão em Políticas Públicas.

Foram percebidos três blocos de temas ressaltados nas conclusões dos estudos analisados, sendo referentes à adequação de Políticas Públicas, uso e apropriação dos

espaços e categorização dos espaços. Porém, as conclusões apontam para uma predominância do enfoque sobre Políticas Públicas, tendo em vista que quatro, dos sete artigos analisados, ressaltaram, em suas conclusões, sua importância.

Mesmo que as abordagens tenham sido variadas, notou-se, nesses estudos, uma preocupação dos pesquisadores com alguns elementos importantes, como a descontinuidade das Políticas Públicas nos contextos do esporte e do lazer, a premência da gestão adequada das ações implementadas, utilizando dados, teorias e métodos consagrados na literatura já produzida. Essas conclusões destacam que, atualmente, no Brasil, as temáticas envolvendo Políticas Públicas e apropriação de espaços públicos não são tratados como prioridades pelo poder público. Uma das possibilidades de interpretação sobre este fato recai na perspectiva de que haja outras prioridades, as quais, talvez, gerem mais visibilidade ao poder público vigente, tal como melhorias na Saúde e na Educação.

Além disto, parece haver uma dificuldade dos gestores para compreenderem a importância e a influência do esporte e do lazer como elementos componentes dos vetores de Educação, Saúde e Qualidade de vida (SCHWARTZ *et al.*, 2016). Este fato reitera a necessidade de ampliação de estudos e pesquisas, os quais possam difundir o papel fundamental desses elementos em todos os setores da vida social.

Considerações Finais

Por meio da análise dos estudos que fizeram parte desta revisão sistemática nota-se que a abordagem da temática gestão de espaços nos contextos do esporte e do lazer se deu de forma secundária, sendo que o interesse maior apresentado nos estudos foi pela temática referente às Políticas Públicas nos contextos do esporte e do lazer, em seu aspecto da gestão em geral. Entretanto, houve pouca atenção aos aspectos diretamente

ligados aos espaços, como infraestrutura, acessibilidade, uso e apropriação, localização, entre outros. Apesar de a quantidade de estudos encontrados com ligação direta à temática ter sido reduzida, este tema aparenta ser sutilmente debatido, sob diversos vieses científicos e acadêmicos.

Quanto aos objetivos dos artigos analisados por esta revisão, notou-se uma preocupação estritamente ligada com as Políticas Públicas nos contextos do esporte e do lazer e a gestão de programas e vivências voltados às atividades práticas. Esse foco pode ser justificado, em parte, pelo fato de que, as Políticas voltadas à gestão dos programas e atividades demandam menos verba, do que as que se dirigem à gestão e investimentos nos espaços em si, tais como, infraestrutura (implementação de melhorias na acessibilidade, iluminação, reformas periódicas) e administração voltada a atender as necessidades da população, já que, para tanto, seria necessário o envolvimento direto da população, por meio de consultas, para se apontarem as necessidades e, posteriormente, implementá-las, de forma rápida e eficiente. O enfoque sobre as Políticas Públicas também pode trazer maior visibilidade aos governantes, do que, o investimento na infraestrutura dos espaços.

Entre as pesquisas analisadas, notou-se, também uma predominância da utilização do método qualitativo, dado que, grande parte dos estudos se enquadra na perspectiva da pesquisa social. Os estudos utilizados nesta revisão foram encontrados em diversas fontes de dados específicas da área das Ciências do Esporte e, também, da área Multidisciplinar, apresentando diferentes estruturas, abrangendo, não apenas artigos originais, como também, ensaios e estudos de caso.

Isto demonstra que não há um método sistematizado para estudos nestes vieses, entretanto, por abranger diversas estruturas e naturezas de métodos, tais estudos podem de certa forma, preencher mais facilmente as lacunas pouco exploradas referentes à

temática. Quanto às áreas de publicação dos artigos, notou-se uma grande variedade de áreas do conhecimento que se interessam e estudam tais temáticas, demonstrando que esses temas envolvem a necessidade de olhares transdisciplinares, tendo em vista que o conhecimento adquirido em uma área pode auxiliar as outras.

A análise geral dos estudos selecionados demonstra que há um interesse do setor público em fomentar as Políticas Públicas de esporte e de lazer e, conseqüentemente, os espaços neste contexto. Entretanto, pode-se perceber que há diversos entraves e dificuldades para que haja uma efetivação dos planos, transformando-os em ações, as quais, realmente tragam um impacto positivo na sociedade.

Também se nota a necessidade de uma gestão da informação adequada, no que tange ao uso e à apropriação dos espaços públicos no contexto do lazer. Uma eficiente gestão da informação pode contribuir na disseminação de informações específicas, trazendo para a população, dados referentes às atividades, projetos e oportunidades que estes espaços podem oferecer.

Da mesma forma, no contexto que permeia os âmbitos acadêmico e científico, muitas pesquisas não abordam os espaços como um aspecto primário, não reconhecendo, assim, sua devida importância. Portanto, torna-se premente que sejam investidos novos olhares sobre estes aspectos, para auxiliar nas bases de implementação de novas ações em Políticas Públicas. As discussões e considerações provenientes deste presente estudo podem auxiliar a subsidiar outros direcionamentos e novas ações políticas, no que tange ao aspecto da gestão pública, apontando novas perspectivas de abordagens, ou aprimorando os caminhos já existentes.

Como limitações deste estudo, pode-se destacar o escasso número de pesquisas encontradas que se referiam à temática em voga, como também, a realização da busca inicial somente pelo título dos artigos, a qual, neste estudo, se deu com a intenção de

focalizar apenas os estudos com direta relação com a temática. A utilização dos termos de busca somente na língua inglesa, também pode limitar o acesso a outros dados possivelmente relevantes.

Por fim, evidencia-se a necessidade de novas pesquisas, utilizando outros termos de busca e outras bases de dados, aprofundando, assim, a investigação sobre a temática. O desenvolvimento de estudos que focalizem diretamente os espaços nos contextos do esporte e do lazer poderão enriquecer as perspectivas de promoção de novos encaminhamentos em âmbito acadêmico, bem como, desencadear novos subsídios para a implementação de novas Políticas Públicas e outras abordagens, capazes de revitalizar as reflexões na área.

REFERÊNCIAS

AKHIR, N. M.; SAKIP S. R. M.; ABBAS, M. Y.; OTHMAN, N. A Taste of Spatial Character: Quality outdoor space in campus landscape leisure setting. **Environment-Behaviour Proceedings Journal**, Shah Alam, v. 2, n. 6, p. 65-70, 2017.

ALVES, C. **O papel do profissional de Educação Física como intermediário entre o adulto e o lúdico**. 2007. 159 p. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2007.

_____. CAMARA, A. R., GERALDIN, C., MARTINS, I. C. Políticas públicas de lazer: jogos, brinquedos e brincadeiras de crianças em praças, na cidade de Araras. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 196-214, 2014.

ALVESSON, M.; SKÖLDBERG, K. **Reflexive Methodology: New Vistas for Qualitative Research**. 3. ed. London: Sage Publications, 2018. 319 p.

BACHELADENSKI, M. S.; MARTIELLO JÚNIOR, E. Contribuição do campo crítico do lazer para a promoção da saúde. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 5, p. 2569-2579, 2010.

BENAGES-ALBERT, M.; DI MASSO, A.; PORCEL, S.; POL, E.; VALL-CASAS, P. Revisiting the appropriation of space in metropolitan river corridors. **Journal of Environmental Psychology**, Londres, v. 42, p. 1-15, 2015.

BERNARD, H. R. **Research methods in anthropology: Qualitative and quantitative approaches**. 6. ed. Lanham: Rowman & Littlefield, 2017. 728 p.

BLYTON, P.; HASSARD, J.; HILL, S.; STARKEY, K. **Time, Work and Organization**. Nova York: Routledge, 2017. 153 p.

BONALUME, C. R. O paradigma da intersectorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 1-26, 2011. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2011.782>

BOTELHO, L. L. R.; DE ALMEIDA CUNHA, C. C.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BRAMHAM, P.; HENRY, I.; MOMMAAS, H.; VAN DER POEL, H. **Leisure and urban processes: critical studies of leisure policy in Western European cities**. 5. ed. London: Routledge, 2017. 320 p.

BRANNEN, J. Mixing Methods: The Entry of Qualitative and Quantitative Approaches into the Research Process. **International Journal of Social Research Methodology**, Oxon, v. 8, n. 3, p. 173-184, 2005.

BRITO G. A. P. Políticas Públicas de Lazer: Discutindo sua Construção. In: AZEVÊDO, P. H.; BRAMANTE, A. C. (org.) **Gestão Estratégica das Experiências de Lazer**. Curitiba: Appris, 2017. p. 73-92.

CAMARGO, L. P.; OLIOSI, L. P.; DOS SANTOS, J. H.; BORGES, C. N. F.; DEFANTE, K. D. P. B. Relação Público-Privado nos Usos das Orlas dos Municípios de Serra e Vitória–ES. **Licere**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 163-187, 2017. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2017.1690>.

CASSOTTA, M. L. J.; LUCAS, A.; BLATTMANN, U.; VIERA, A. F. G. Recursos do conhecimento: colaboração, participação e compartilhamento de informação científica e acadêmica. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 17-34, 2017.

COSTA, A. Q.; SAMPAIO, C. M. Programa Ruas de Lazer da Prefeitura de São Paulo: Modernização na Gestão Pública do Esporte e Lazer. **Podium - Sport, Leisure and Tourism Review**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 43-57, 2015.

COSTA, M. P.; LEITE, F. C. L. **Repositórios institucionais da América Latina e o acesso aberto à informação científica**. Brasília: IBICT, 2017. 178 p.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. **Pesquisa de Métodos Mistos**. 2. ed. Porto Alegre: Penso Editora, 2013. 288 p.

DALKIR, K. **Knowledge management in theory and practice**. 3. ed. Cambridge: MIT Press, 2017. 533 p.

DATTILO, J. **Leisure education program planning**. 4. ed. Urbana: Venture Publishing, 2015. 400 p.

DUNN, W. N. **Public policy analysis**. 5. ed. London: Routledge, 2016. 459 p.

FARAH, M. F. S. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do "campo de públicas". **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 6, p. 959-979, 2016.

FREITAS, R. F.; ELIAS, R. V. Rio Olímpico: a mercantilização da cidade e o declínio do espaço público. **INTERIN**, Curitiba, v. 22, n. 2, p. 73-90, 2017.

FUAD, A. H.; YATMO, Y. A.; SUGANDA, E.; IBRAHIM, L. D. Events within Event, Units within Unit: Explaining the Structure of Urban Spaces Through Nesting Theory. **International Journal of Technology**, Depok, v. 9, n. 1, p. 25-34, 2018.

GLASER, B.; STRAUSS, A. L. **Discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research**. Nova York: Routledge, 2017. 271 p.

GLOVER, T. Leisure, Social Space, and Belonging. In: SPRACKLEN, K.; LASHUA, B.; SHARPE, E.; SWAIN, S. (org.). **The Palgrave handbook of leisure theory**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2017, p. 873-890.

GOMES, C. L. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 151 p.

GONÇALVES, F. S.; RECHIA, S. Espaços e equipamentos de lazer da Vila Nossa Senhora da Luz e suas formas de apropriação. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, v. 37, n. 3, p. 265-271, 2015.

GOUGH, D.; OLIVER, S.; THOMAS, J. (org.). **An introduction to systematic reviews**. 2. ed. Londres: Sage, 2017. 335 p.

GRASSO, R. M. F. P.; ISAYAMA, H. F. As Compressões de Lazer na Política Pública do Município de Santarém (2005 – 2012): A Visão de Gestores. In: AZEVÊDO, P. H.; BRAMANTE, A. C. (org.) **Gestão Estratégica das Experiências de Lazer**. Curitiba: Appris, 2017. p. 93-107.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 11, n. 55, p. 30-41, 2001.

HOOPER, P.; BORUFF, B.; BEESLEY, B.; BADLAND, H.; GILES-CORTI, B. Testing spatial measures of public open space planning standards with walking and physical activity health outcomes: Findings from the Australian national live ability study. **Landscape and Urban Planning**, Cambridge, v. 171, n. 1, p. 57-67, 2018.

HOWLETT, M.; MCCONNELL, A.; PERL, A. Moving policy theory forward: connecting multiple stream and advocacy coalition frameworks to policy cycle models of analysis. **Australian Journal of Public Administration**, Sydney, v. 76, n. 1, p. 65-79, 2017.

HULTEEN, R. M.; SMITH, J. J.; MORGAN, P. J.; BARNETT, L. M.; HALLAL, P. C.; COLYVAS, K.; LUBANS, D. R. Global participation in sport and leisure-time physical activities: A systematic review and meta-analysis. **Preventive Medicine**, Cambridge, v. 95, n. 1, p. 14-25, 2017.

HUNTER, R. F.; CHRISTIAN, H.; VEITCH, J.; ASTELL-BURT, T.; HIPPI, J. A.; SCHIPPERIJN, J. The impact of interventions to promote physical activity in urban green space: a systematic review and recommendations for future research. **Social Science & Medicine**, Oxford, v. 124, p. 246-256, 2014.

JOHNSON, A. J.; GLOVER, T. D. Understanding urban public space in a leisure context. **Leisure Sciences**, Londres, v. 35, n. 2, p. 190-197, 2013.

JONES, K. R. 'The Lungs of the City': Green Space, Public Health and Bodily Metaphor in the Landscape of Urban Park History. **Environment and History**, Cambridge, v. 24, n. 1, p. 39-58, 2018.

LOPES, B.; AMARAL, J. N.; CALDAS, R. W. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, v. 7, 2008. 48 p.

MARCELLINO, N. C. O lazer e os espaços na cidade In: ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. (org.) **Sobre lazer e política: Maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 65-92.

_____.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H.; SILVA, A.; FERNANDES, E. A. O. **Espaços e Equipamentos de Lazer em Região Metropolitana: O Caso da RMC - Região Metropolitana de Campinas**. Curitiba: OPUS, 2007. 120 p.

MCCORMACK, G. R.; ROCK, M.; TOOHEY, A. M.; HIGNELL, D. Characteristics of urban parks associated with park use and physical activity: A review of qualitative research. **Health & Place**, Oxford, v. 16, p. 712-726, 2010.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.

MENSAH, C. A.; ANDRES, L.; PERERA, U.; ROJI, A. Enhancing quality of life through the lens of green spaces: A systematic review approach. **International Journal of Wellbeing**, Lower Hutt, v. 6, n. 1, p. 142-163, 2016.

MEZZADRI, F. M.; MORAES E SILVA, M.; FIGUERÔA, K. M. Desenvolvimento de um método para as pesquisas em políticas públicas de esporte no Brasil: uma abordagem de pesquisa mista. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 27, n. 44, p. 49-63, 2015.

MIGIRO, S. O.; MAGANGI, B. A. Mixed methods: A review of literature and the future of the new research paradigm. **African Journal of Business Management**, Lagos, v. 5, n. 10, p. 3757-3764, 2011.

MILANI, M. L.; CARDOSO, C. B. Políticas públicas de cultura, esporte e lazer e a visão da juventude de São Mateus do Sul-Paraná. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 23, n. 36/37, p. 29-40, 2014.

MOHER, D.; SHAMSEER, L.; CLARKE, M.; GHERSI, D.; LIBERATI, A.; PETTICREW, M.; SHAKELLE, P.; STEWART, L.; PRISMA-P, G. Preferred reporting items for systematic review and meta-analysis protocols (PRISMA-P) 2015 statement. **Systematic Reviews**, Londres, v. 4, n. 1, p. 1-9, 2015.

OAKES, T. Happy town: Cultural governance and biopolitical urbanism in China. **Environment and Planning A**, Londres, v. 0, n. 0, p. 1-19, 2017.

ÖNER, Ö.; KLAESSON, J. Location of leisure: The new economic geography of leisure services. **Leisure Studies**, Oxford, v. 36, n. 2, p. 203-219, 2017.

PALMATIER, R. W.; HOUSTON, M. B.; HULLAND, J. Review articles: purpose, process, and structure. **Journal of the Academy of Marketing Science**, Nova York, v. 46, n. 1, p. 1-5, 2018.

PAUL, T. Mapping gendered spatialities in leisure: the case of new consumption spaces in the city of Kolkata. **Contemporary South Asia**, Oxford, v. 25, n. 4, p. 380-398, 2017.

PINA, L. W. **Planejamento de equipamentos de lazer**. São Paulo: PerSe, 2014. 206 p.

_____.; GOULART, L.; SEIXAS, S. C. Espaços e Equipamentos de Lazer. In: AZEVÊDO, P. H.; BRAMANTE, A. C. (org.) **Gestão Estratégica das Experiências de Lazer**. Curitiba: Appris, 2017, p. 189-198.

PINTO, L. M. S. M.; RAMOS, M. L. B. C.; RODRIGUES, R. P.; UVINHA, R. R.; ARAUJO, R. M.; SILVA, S. R. Desafio para a Gestão das Políticas de Lazer no Brasil. In: ISAYAMA, H. F.; PINTO, L. M. S. M.; UVINHA, R. R.; STOPPA, E. A. (org.) **Gestão de Políticas de Esporte e Lazer: experiências, inovações, potencialidades e desafios**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 27-49.

PRO QUEST. **Busca Avançada**. 2018. Disponível em: <https://search.proquest.com/?accountid=8112>. Acesso em: 2 fev. 2018.

REIS, A. C.; SOUSA-MAST, F. R.; VIEIRA, M. C. Public policies and sports in marginalised communities: The case of Cidade de Deus, Rio de Janeiro, Brazil. **World Leisure Journal**, Londres, v. 55, n. 3, p. 229-251, 2013.

RIBEIRO, I. C.; FORTUNATO, I.; SCHWARTZ, G. M. Educação Ambiental, Tecnologia e Cinema: Ensaio sobre Valores e Sustentabilidade. **Inter Science Place**, Campos dos Goytacazes, v. 11, n. 3, p. 158-200, 2016.

RODRIGUES, E. A. P. C.; RECHIA, S. A Relação entre as Transformações dos Espaços de Lazer Advindas dos Megaeventos Esportivos e a Humanização das Cidades. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 3, n. 3, p. 61-81, 2016.

RODRIGUES, E. H. C. BRAMANTE, A. C. O espaço na construção de uma política de lazer – estudando Sorocaba/SP. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 23-37, 2003.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.

SANTANA, R. L. F.; ALVES, J. A. Apropriação e uso dos espaços de lazer da população Currais novense. **Licere**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 185-223, 2014. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2014.977>

SANTOS, M. A. G. N.; FREIRE, E. S.; BASTOS, F. C. O Esporte nas Leis Orgânicas Municipais e as Políticas de Gestão. **Licere**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 249-288, 2017. DOI: <http://doi.org/10.35699/1981-3171.2017.1693>.

_____.; _____.; MIRANDA, M. L. J. A gestão do esporte como tema de pesquisa: análise da publicação científica. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 29, n. 50, p. 183-201, 2017.

SCHWARTZ, G. M.; TAVARES, G. H.; RIBEIRO, I. C.; RODRIGUES, C. S.; PROVENZANO, T. D.; CHAO, C. H. N. Políticas públicas de esporte e lazer e gestão da informação: incidência da Rede CEDES como foco em pesquisas acadêmicas. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 86 – 97, 2014.

SCHWARTZ, G. M.; TEODORO, A. P. E. G.; RODRIGUES, N. H.; DIAS, V. K. **Educando para o lazer**. Curitiba: CRV, 2016. 116 p.

SCIELO. **Resultados**. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php?lang=en>. Acesso em: 2 fev. 2018.

SCOPUS. **Busca Avançada**. 2018. Disponível em: <http://www-scopus-com.ez87.periodicos.capes.gov.br/home.url?zone=header&origin=searchbasic>. Acesso em: 2 fev. 2018.

SILVA, D. S.; SANTOS, M. I. AVILA, M. A. Intersetorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer no município de Ilhéus-BA. **Conexões**, Campinas, v. 11, n. 3, p. 13-35, p.13-35, 2013.

SILVA, E. A. P. C.; SILVA, P. P. C.; SANTOS, A. R. M.; CARTAXO, H. G. O.; RECHIA, S.; FREITAS, C. M. S. M. Espaços públicos de lazer na promoção da qualidade de vida: uma revisão integrativa. **Licere**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 1-18, 2013a. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2013.646>.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 138 p.

SILVA, N. P.; COSTA, C. A. O ESPAÇO PÚBLICO E ESPAÇO URBANO CAPITALISTA: Uma crítica à luz do direito a cidade. **Pixo-Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, Pelotas, v. 1, n. 3, p. 116-125, 2017.

SILVA, N. V.; TENÓRIO JÚNIOR, J. B.; SILVA, W. M.; LEONÍDIO, L. F. S. Políticas Públicas de Esporte e Lazer: Reflexos sobre sua Aplicabilidade em Municípios Brasileiros. **Revista Intercontinental de Gestão Desportiva**, Porto, v. 3, n.1, p. 111-120, 2013b.

SMITH, N.; LOW, S. Introduction: The imperative of public space. In: LOW, S.; SMITH, N. (org.). **The politics of public space**, New York, NY: Routledge, 2006. p. 1-16.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 1, n. 16, p. 20-45, 2006.

SPORTDISCUS. **Resultados da Pesquisa.** 2018. Disponível em: <http://web.b-ebsohost-com.ez87.periodicos.capes.gov.br/ehost/search/basic?vid=0&sid=9537696f-4227-43c1-a4c8-559dd75e54ea%40sessionmgr120>. Acesso em: 2 fev. 2018.

TOMANIK, E. A. O afeto que se encerra: urbanização, movimentos, encontros e conflitos afetivos. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v.16, n.184, p. 11-23, 2016.

TROTTMANN, P.; CORRÊA, V.; SOUZA COELHO, F.; SARTI, F. M. A produção científica em Políticas Públicas no Brasil Descrição e análise de alguns resultados de uma investigação sobre a primeira década dos anos 2000. **Agenda Política**, São Carlos, v. 1, n. 2, p. 223-253, 2017.

VEAL, A. J. **Research methods for Leisure and Tourism.** Harlow: 5. ed. Pearson, 2018. 592 p.

WEB OF SCIENCE. **Pesquisa.** 2018. Disponível em: http://apps-webofknowledge.ez87.periodicos.capes.gov.br/WOS_GeneralSearch_input.do?product=WOS&search_mode=GeneralSearch&SID=5FceC47WRJCvbnnx3CJ&preferencesSaved=. Acesso em: 2 fev. 2018.

WEIMER, D. L.; VINING, A. R. **Policy analysis: Concepts and practice.** 6. ed. Nova York: Routledge, 2017. 479 p.

YUEN, F.; JOHNSON, A. J. Leisure spaces, community, and third places. **Leisure Sciences**, Oxford, v. 39, n. 3, p. 295-303, 2017.

ZAKARIYA, K.; HARUN, N. Z.; MANSOR, M. Field, Light and Food: Adapting of the Town Square as a Leisure Gathering Space at Night. **Planning Malaysia Journal**, Petaling Jaya, v. 15, n. 1, p. 31-44, 2017.

Endereço do(a) Autor(a):

José Pedro Scarpel Pacheco
Endereço Eletrônico: josep.pacheco@hotmail.com

Gisele Maria Schwartz
Endereço Eletrônico: gisele.schwartz@unesp.br